

DA INCOMUNICAÇÃO À COMUNICAÇÃO DECOLONIAL: MULHERES INDÍGENAS CONTRA INVISIBILIDADES E ESTEREÓTIPOS¹

FROM UN-COMMUNICATION TO DECOLONIAL COMMUNICATION:
INDIGENOUS WOMEN AGAINST INVISIBILITIES AND STEREOTYPES

DE LA IN-COMUNICACIÓN A LA COMUNICACIÓN DECOLONIAL:
MUJERES INDÍGENAS CONTRA INVISIBILIDADES Y ESTEREOTIPOS

Lorena Esteves

■ Doutora em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará (PPGCOM/UFPA); Servidora pública Jornalista na Secretaria de Estado dos Povos Indígenas (SEPI/PA); Mestre em Comunicação (PPGCOM/UFPA), com bolsa auxílio Capes; Especialista em Letras, Língua Portuguesa (ILC/UFPA). Conquistou menção honrosa no Prêmio Compólitica de Teses (2022-2023).

■ *Doctora en Comunicación por el Programa de Posgrado en Comunicación, Cultura y Amazonia de la Universidad Federal de Pará (PPGCOM/UFPA); Periodista servidora pública en la Secretaría de Estado de los Pueblos Indígenas (SEPI/PA); Maestra en Comunicación (PPGCOM/UFPA), con beca Capes; Especialista en Letras, Lengua Portuguesa (ILC/UFPA). Obtuvo mención de honor en el Premio Compólitica de Tesis (2022-2023).*

■ E-mail: lesteves@ufpa.br

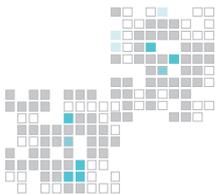
Danila Cal

■ Docente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia, da Universidade Federal do Pará (UFPA). Doutora em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

■ *Profesora del Programa de Postgrado en Comunicación, Cultura y Amazonia de la Universidad Federal de Pará (UFPA). Doctora en Comunicación Social por la Universidad Federal de Minas Gerais (UFMG).*

■ E-mail: danilacalufpa@gmail.com

67



¹ Este artigo apresenta parcialmente resultados vinculados ao projeto de pesquisa “Comunicação, Democracia e Modos de (R) Existência de Mulheres na Amazônia (Ecoaras)”, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.

RESUMO

Este estudo analisa os sentidos de invisibilização e estereotipação mobilizados e construídos por mulheres indígenas que participaram do Acampamento Terra Livre 2020. Busca-se ainda compreender como elas resistem simbolicamente a essas colonialidades persistentes, à luz da comunicação decolonial. Como horizonte metodológico, trabalhamos o “desengajamento epistemológico” e a “inversão do olhar”, que desestabilizam noções hegemônicas do fazer científico. Concluímos que as resistências ocorrem a partir da contestação da invisibilização e de estereótipos e da necessidade de protagonizar as próprias narrativas, de visibilizar, de externalizar outros saberes, cosmovisões e gramáticas.

PALAVRAS-CHAVE: INCOMUNICAÇÃO; COMUNICAÇÃO DECOLONIAL; MULHERES INDÍGENAS; ACAMPAMENTO TERRA LIVRE.

ABSTRACT

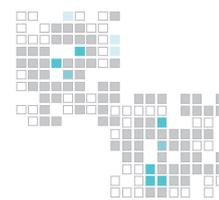
Abstract: This study analyzes the meanings of invisibilization and stereotyping mobilized and constructed by indigenous women who participated in the Acampamento Terra Livre 2020. Additionally, it aims to explore their symbolic resistance to these persistent colonialities within the context of decolonial communication. As a methodological approach, we employ the concepts of "epistemological disengagement" and "inversion of the gaze," which challenge hegemonic notions of scientific practice. Our findings indicate that resistance emerges through the contestation of invisibilization and stereotypes, as well as the imperative to assume a leading role in shaping their own narratives, making their experiences visible, and externalizing alternative knowledge, cosmovisions, and grammars.

UNCOMMUNICATION; DECOLONIAL COMMUNICATION; INDIGENOUS WOMEN; ACAMPAMENTO TERRA LIVRE

RESUMEN

En este estudio se analizan los significados de invisibilización y estereotipia que son movilizados y construidos por las mujeres indígenas participantes del Acampamento Terra Livre 2020. También buscamos comprender cómo estas mujeres resisten simbólicamente estas persistentes colonialidades, en el marco de la comunicación decolonial. Como enfoque metodológico, trabajamos con la "desconexión epistemológica" y la "inversión de la mirada", las cuales desestabilizan las nociones hegemónicas del hacer científico. Concluimos que la resistencia surge a través del cuestionamiento de la invisibilización y los estereotipos, y de la necesidad de asumir un papel protagónico en sus propias narrativas, de visibilizar, y de externalizar otros saberes, cosmovisiones y gramáticas..

PALABRAS CLAVE: IN-COMUNICACIÓN; COMUNICACIÓN DECOLONIAL; MUJERES INDÍGENAS; ACAMPAMENTO TERRA LIVRE.



1. Introdução

A colonização, desde quando chegou no Brasil, ela sempre tenta fazer um processo de apagamento cultural, um apagamento da nossa identidade e eu vou trazer essa fala enquanto mulher e indígena, trazendo também essa questão da ancestralidade e da nossa história (Tsitsina Xavante, ATL, 2020).

Tsitsina, do povo Xavante, denuncia o processo de desumanização e invisibilização das pessoas indígenas provocado pela invasão colonial e reiterado historicamente por sistemas de opressão. Essa fala compõe o *corpus* de nossa pesquisa e ocorreu durante a edição histórica do Acampamento Terra Livre (ATL)¹, uma agenda importante do movimento indígena no Brasil, que, pela primeira vez, foi realizado de modo inteiramente digital, no *Youtube*, em razão do isolamento social imposto pela pandemia de Covid-19.

De acordo com Erick Torrico (2022), quando os europeus chegaram ao território que denominaram América, a primeira ação já foi violenta: nominar o “outro” a partir de valores ocidentais eurocêntricos. Por essas lentes, os povos originários foram considerados “incivilizados”, “primitivos”, “incapazes de cuidar de si próprios” e, por consequência, passíveis de dominação e controle. A colonização, ao buscar obliterar as culturas e os modos de vida dos dominados, provocou um processo de desumanização. “Assim, é possível identificar a figura do dominado com a do incomunicável, aquele que é forçado ao silêncio, à abnegação, à exclusão, à infra-humanização, à dessocialização e à morte” (Torrico, 2022, p. 116, tradução nossa).

Essa herança se desdobra em uma contínua reprodução de lógicas de opressão, na forma de colonialidades contemporâneas que atravessam

as relações sociais, como é o caso dos países da América Latina, entre eles o Brasil. Reproduções naturalizadas e subjetivamente incorporadas que orientam a maneira como são tratados os povos subalternizados e o lugar social condicionado a esses corpos, vistos sob a ótica da exploração, subalternização e mercantilização.

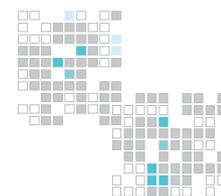
Quando Tsitsina afirma o seu lugar de fala como “mulher e indígena”, ela intersecciona duas marcas importantes de dominação e também, argumentamos neste trabalho, caminhos para a resistência. Nesse sentido, nosso objetivo é analisar quais sentidos mulheres indígenas ativistas constroem sobre a reiteração de colonialidades históricas, especificamente, a invisibilização e a estereotipação. Mais que isso, buscamos compreender como elas resistem simbolicamente e discursivamente a essas construções, à luz da comunicação decolonial.

Como horizonte teórico, entendemos a decolonialidade como luta e resistência de grupos e indivíduos subalternizados contra a dominação, visando à criação de outras formas de ser, poder e estar no mundo (Walsh, 2005). Para Torrico (2022, p.117), a decolonialidade é “um horizonte de esperança” para restaurar a humanidade perdida em razão da colonialidade persistente.

De modo complementar, partimos ainda de uma conceituação de comunicação que não se limita a objetos ou a mídias, mas a considera, numa abordagem mais ampla, como um processo relacional intersubjetivo, de mútua afetação, uma prática de construção e reconstrução de sentidos, de sujeitos e de configuração de um comum (França, 2018). Desse modo, por meio da comunicação, compreendida como processo de interação, tanto podem ser reafirmados padrões cristalizados de apreensão do mundo, quanto podem ser desafiados, questionados e reconstruídos.

Essa perspectiva contribui para pensarmos a “comunicação decolonial”. Durante a colonização,

¹ O Acampamento Terra Livre é realizado desde 2004.



segundo Torrico (2022), a comunicação teria sido substituída por um monólogo de uns frente ao silenciamento de outros, instituindo a incomunicação como norma. O “in-comunicado foi subalternizado” e “emudecido”, a partir da classificação racial das sociedades que criou dicotomias sociais hierárquicas, reprimiu culturas e colonizou os imaginários (Torrico, 2022). Num movimento de forças em contrário, descolonizar a comunicação pressupõe “(...) recuperar na prática e no sentido mais amplo a sua dimensão dialógica, democratizante e humanizadora, já que a partir de sua compreensão atual sua realização concreta permanece cimentada na imposição e nas assimetrias” (Torrico, 2022, p. 105, tradução nossa).

De modo empírico, analisamos as falas e manifestações de mulheres indígenas participantes do Acampamento Terra Livre 2020, durante o evento, em *lives* transmitidas via *Youtube*, e em rodadas de diálogos feitas exclusivamente para a pesquisa com quatro participantes do ATL. Como gesto metodológico, buscamos o “desengajamento epistemológico” (Curiel, 2020) e a inversão do olhar (Castro, 2019), que desestabilizam noções hegemônicas do fazer científico como a objetificação de sujeitos e inferiorização de saberes tradicionais.

Nosso argumento é o de que as resistências estão presentes nos discursos questionadores das mulheres indígenas sobre as invisibilidades e estereótipos e também nos modos como se apropriam e utilizam mídias digitais, como, no caso do ATL 2020, o *Youtube*.

A seguir, apresentaremos detalhadamente os procedimentos metodológicos para, na sequência, analisar as percepções e as resistências identificadas a partir das falas das mulheres indígenas em relação às colonialidades da invisibilização e da estereotipação, tanto nas *lives* do ATL quanto nas entrevistas realizadas. Na sequência, discutiremos os desdobramentos, a

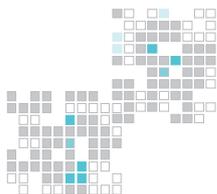
partir da pesquisa realizada, para pensar dinâmicas da incomunicação à comunicação decolonial.

2. Detalhamentos metodológicos

O *corpus* é composto pelos discursos analisados de cinco *lives* do ATL 2020 e das rodadas de diálogo com quatro mulheres indígenas que participaram dele. As *lives*, definidas por critério de relevância temática e participação de mulheres indígenas, são: 1) Abertura ATL em redes: a cada novo ataque uma nova estratégia de luta 2) Falas da Coordenação da APIB sobre o ATL 2020; 3) Lideranças indígenas regionais de base apresentam; 4) Juventude Indígena comunicação e ação e 5) Mulheres Indígenas: o sagrado da existência e o nosso espaço de direitos.

As entrevistas foram realizadas por ligação de vídeo e/ou áudio, gravadas com autorização das entrevistadas e transcritas manualmente. A primeira rodada de diálogo objetivou apresentar a pesquisa e conhecer a história de vida e a trajetória de cada uma no movimento indígena e na participação no ATL 2020. A segunda rodada ocorreu posteriormente, após revisão de literatura sobre os principais conceitos da pesquisa, para poder apresentar a elas as definições teóricas e metodológicas do trabalho e saber se, de fato, estavam contemplando o que foi conversado e também para compreender melhor alguns conceitos que foram emergindo nas entrevistas e que precisavam ser esclarecidos com base na visão delas.

As quatro Interlocutoras são brasileiras, representantes de territórios localizados nos estados de Minas Gerais, Mato Grosso, Maranhão e Pará, das etnias Krenak, Yawalapiti, Guajajara e Tembé. Dessas, três Interlocutoras não serão identificadas, pois, apesar de serem lideranças indígenas, são mulheres que estão na linha de frente do Movimento, na luta diária, expostas a vulnerabilidades. Vamos nos referir a elas por Interlocutora 1, Interlocutora 2 e Interlocutora



3. Uma delas, a liderança indígena Puyr Tembé, do povo Tembé, do estado do Pará, aceitou ser identificada². Quando forem falas manifestadas nas *lives* do ATL, iremos identificar pelo nome da participante seguido por (ATL, 2020).

A partir do aporte teórico adotado, que parte de uma postura de “desengajamento epistemológico” (Curiel, 2020) e de “inversão do olhar” (Castro, 2019), ou seja, da não utilização de teorias e metodologias eurocêntricas, “importadas” para serem “encaixadas” na análise do *corpus*, buscamos dialogar com as Interlocutoras, juntamente com autoras e autores que referenciamos e que estão situados intelectualmente e/ou geopoliticamente em territórios subalternizados.

Este trabalho reflete esse diálogo que cruzamos e, às vezes, confrontamos, com nossas próprias vivências e experiências, em um caminho de escuta e respeito. Por isso, não representamos ou falamos em nome de mulheres indígenas, nosso intuito é compreender como elas resistem simbolicamente e discursivamente frente a colonialidades históricas, à luz da comunicação decolonial, considerando suas vozes e experiências.

Para a análise, desenvolvemos o seguinte caminho: partiremos das críticas às invisibilizações e aos estereótipos verbalizadas pelas mulheres indígenas participantes da pesquisa para, na sequência, discutir processos de resistência. Nesse trajeto, consideramos importante abordar reflexões tanto sobre mídias tradicionais hegemônicas, por se tratarem de um espaço amplo de visibilidade e, portanto, de mobilização de estereótipos, quanto de mídias digitais apontadas pelas Interlocutoras como ambientes possíveis para visibilizar modos

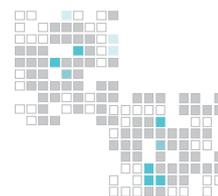
próprios de expressão. Contudo, não se trata de reduzir a perspectiva de Comunicação à análise de mídias, pelo contrário, nossa perspectiva parte dos entendimentos e processos de Comunicação de mulheres indígenas como forma de compreensão da Comunicação Decolonial.

3. Invisibilização, Estereotipação e Resistências

*O primeiro filho ou filha deste país chamado Brasil, provavelmente, foi um filho ou uma filha de uma mulher indígena que foi violada, então esse dizer: “ah, minha bisavó, minha avó, foi pega no laço”, na minha concepção, acreditando não só na minha, mas de muitas mulheres indígenas é dizer que, tristemente, sua avó ou sua bisavó, ela foi pega igual cachorro, sendo ser humano, sendo mulher indígena. (...) São violências e violações que muitas mulheres indígenas, que nos antecederam, passaram e, tristemente, passam até hoje simplesmente por ser mulher, então é a partir dessa questão, desse **histórico que é negado pelo Brasil, é negado também por muitos profissionais da história** que reforço aí quem está nos acompanhando, pessoa que trabalha na área da História, da Sociologia, da Antropologia, vamos tentar buscar trazer essa realidade do Brasil também para dentro das universidades. Isso é descolonizar, poxa! Não vamos ocultar a realidade dessas violências dessas mulheres indígenas que foram e são estupradas até hoje a nível de Brasil. (Tsitsina Xavante, ATL, 2020).*

Essa negação histórica de que fala Tsitsina é resultado das colonialidades impostas na primeira fase de colonização e da reiteração colonial de políticas indigenistas de governo que no período ditatorial (1964-1985) visavam a integrar os povos indígenas ao Brasil. Para

² Puyr Tembé é referenciada por sua participação no ATL e também nas entrevistas. Para distinguir esses dois momentos, vamos nos referir a Tembé (ATL, 2020), no primeiro caso, e Tembé (2021), no segundo.



isso, os indígenas precisavam, segundo Daniel Munduruku, abrir mão de suas identidades étnicas para ser “apenas” brasileiros, deixando de existir enquanto entidades autônomas para que o Brasil se tornasse uma unidade nacional, sem a presença dos “primitivos” habitantes, mas o interesse maior dessa estratégia política girava em torno da exploração e ocupação das terras tradicionalmente ocupadas por povos indígenas (Munduruku, 2012).

Nesse período, o imperativo da democracia racial criou uma narrativa mítica que negava (nega) a discriminação interseccional que ordena as relações sociais no território, apagando da história as perspectivas de opressão dos considerados outros. No entanto, o racismo por denegação, essa forma denominada por Lélia Gonzalez (1980) como uma disfarçada reprodução de opressões, que ocorre, mas sobre a qual não se fala, não está mais disfarçada.

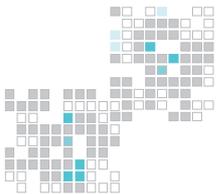
Casos de apagamento cultural, apagamento dos corpos, tentativas de calar ou invisibilizar as vozes dos povos e mulheres indígenas persistem diariamente na cobertura jornalística, em postagens nas mídias digitais, no entretenimento, em casos de assassinato e feminicídio, e também por instituições do Estado. Além de uma dimensão simbólica, esse apagamento possui repercussões sociais e políticas. Tsitsina Xavante denunciou, por exemplo, que, no auge do período pandêmico, a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) não notificou casos de indígenas que viviam em contexto urbano e foram contaminados pela Covid-19, gerando subnotificação. “A não notificação da SESAI em relação aos casos de Covid dos indígenas que estão no contexto urbano é uma negação da nossa identidade, enquanto povos indígenas, é uma negação, seja homem, mulher, criança e ancião” (Tsitsina Xavante, ATL, 2020). Não considerar como indígenas pessoas que se autodenominam pertencentes a uma etnia indígena, pelo fato de

viverem em contexto urbano, é uma reprodução de racismo.

Outra forma de apagamento cultural é o da língua, colonialidade introduzida no contato com o colonizador, institucionalizada com as missões jesuíticas que, com o objetivo de catequizar e civilizar os povos indígenas, os batizava com nomes cristãos e fazia com que eles aprendessem a língua do colonizador. Em diálogo, a Interlocutora 3 lembra que na infância, até os 9 anos, só falava a língua indígena materna, porém, com a necessidade imposta de ir até a cidade emprestar coisas, foi conseqüentemente perdendo a língua para aprender o português.

Na minha comunidade não tinha escola, nas comunidades próximas não tinha escola. E o quê que aconteceu? Eu fui perdendo a língua, porque eu não vi ninguém ali conversando comigo na língua, meus colegas e eu ficávamos sem entender, então eu tive a obrigação de aprender a língua portuguesa (Interlocutora 3, 2022).

Em resposta a esse processo de apagamento, algumas mulheres indígenas externalizaram sobre a responsabilidade de ocuparem espaços, expandirem suas vozes e tornarem visíveis suas lutas. “É também a nossa responsabilidade, enquanto mulheres indígenas, que estão nesse espaço de tomada de decisão tornar visíveis as realidades e essa diversidade nossa” (Tsitsina Xavante, ATL, 2020). De acordo com Maria Lugones (2014), o processo de resistência pressupõe tensionamento, uma subjetividade ativa que nega a imposição de uma forma de ser, ver e ser visto/a e estar no mundo definida externamente. Nesse sentido, as manifestações dessas mulheres tanto no espaço ampliado de visibilidade do ATL 2020, quanto nas rodadas de diálogo demonstram um papel ativo no questionamento dessas colonialidades persistentes.



A fala de Tsitsina Xavante, que abre este texto, resgata, inclusive, a ancestralidade e a história como forma de fazer frente às dimensões simbólicas da invisibilização e dos estereótipos, que reduzem, estigmatizam e limitam as perspectivas sobre indígenas, em especial as mulheres.

Hoje, a gente se vê obrigada a adentrar nesses outros espaços para poder trazer essa voz que há muitos anos, séculos seguidos, vem sendo invisibilizada, mas ao mesmo tempo visibilizada por nós que trazemos esse legado dessas mulheres que nos antecederam, tanto que estamos aqui, falando dos nossos direitos, ocupando nossos espaços de direito, se apropriando das ferramentas de defesa dos nossos direitos, tanto que a gente está nas universidades, nos espaços que a gente precisa entender e se apropriar dos nossos direitos para defender os nossos povos (Nyg Kaingang, ATL, 2020, grifo nosso).

Essas falas reforçam a reiteração do apagamento imposto desde a colonização que permanece atravessando as relações entre indígenas e não indígenas, internalizadas e reificadas por pessoas e instituições sociais. É como diz Jaqueline Xucuru, “a colonização não acabou, ela acontece a todo instante, a sociedade brasileira o todo tempo tenta retirar os nossos direitos e nos colonizar” (Jaqueline Xucuru, ATL, 2020). O apagamento é uma outra forma de matar os povos indígenas, matar sua cultura, seu território, matar o direito de ser e viver de acordo com seus modos é também os ferir mortalmente. “A gente não deixou de ser morto pela bala e ao mesmo tempo eles encontraram outros mecanismos de nos matar” (Jaqueline Xucuru, ATL, 2020).

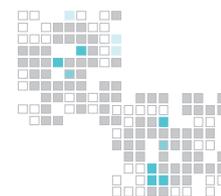
O apagamento está diretamente relacionado à estereotipação e vice-versa. Assim como o apagamento está ligado à invisibilização; estereotipação está ligada à homogeneização ou

uniformização. O ato de homogeneizar é reduzir uma pluralidade, nesse caso de existência, a uma condição, um traço, uma característica.

Quando os/as indígenas são reduzidos/as a um imaginário cristalizado, ou seja, são estereotipados/as, acabam sofrendo também o processo de apagamento, de essencialização de sua diversidade étnica, cultural, histórica, política, organizacional, afinal são mais de 305 povos falantes de mais de 274 línguas (APIB, 2021) apenas no Brasil que acabam sendo reduzidos ao imaginário do “índio” criado pelo colonizador. “A invisibilização que os povos indígenas sofriam e a estereotipação, né, de estabelecer o padrão do que é indígena, isso nos inquietava muito por a gente não atender aquela expectativa” (Jaqueline Xucuru, ATL, 2020). Segundo Freire Filho (2004), os estereótipos são práticas significantes e possuem, portanto, uma dimensão ativa que agrega juízos e ideias evidentes ou implícitas sobre pessoas e/ou grupos.

Quando a gente para observar a questão de estereótipo que cobra, que exige, que nós povos indígenas sejamos uniformes nesse desenho universal: cabelo liso, pintada, caçando, pescando, na mata. Cujá mata nós não temos mais porque a Amazônia está sendo devastada a cada dia, é incinerada, é mineração, é grilagem, é o diabo a quatro, e outros biomas que também estão sendo destruídos, Cerrado, Mata Atlântica, Caatinga (Cristiane Pankararu, ATL, 2020, grifo nosso).

Alguns desses estereótipos são muitos comuns, como quando as escolas vestem as crianças de “índio” com penas e cocares no Dia do Índio; vemos foliões vestidos de “índio” com penas e cocares no carnaval; ou quando reproduzimos expressões racistas como “isso é programa de índio”, “índios são preguiçosos”, “índio não gosta de trabalhar”, “índio não usa celular” e



“índios estão parados no tempo”. Esse tipo de posicionamento racista também é reproduzido por agentes do Estado, como o caso do delegado e deputado federal paraense, Éder Mauro (PL) que chamou de “fakes de iPhone 13” os indígenas que estavam protestando durante uma sessão da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara sobre a situação dos Yanomami, realizada em novembro de 2022, em Brasília-DF; ou ainda, quando o ex-presidente Bolsonaro afirma que não quer mais reserva indígena no Brasil porque “os índios já têm muita terra”. Esses são exemplos de racismo que reproduzem o apagamento e a estereotipação.

O preconceito nasce da internalização dos estereótipos e da não aceitação das diferenças. Krenak (2019) nos diz que é maravilhoso não sermos iguais e que o fato de estarmos aqui todos juntos compartilhando desse espaço e tempo não nos faz iguais, somos diferentes uns dos outros tal qual constelações. Para ele, devemos observar a nossa diversidade e as nossas diferenças.

“Diversidade não é isso de humanidade com o mesmo protocolo, porque isso até agora foi só uma maneira de homogeneizar e tirar a nossa alegria de estar vivos” (Krenak, 2019, p. 33), referindo-se ao protocolo racista que vem sendo adotado historicamente pelo Estado na tentativa de integração de indígenas à sociedade, que, ao fim, acaba por impor a cultura do branco e consequentemente apagar a cultura indígena.

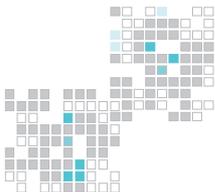
“Os não indígenas, madeireiros, essas pessoas que querem consumir o nosso território, mas não cuidaram deles, elas vêm mostrando que foram sempre preconceituosas com todos os povos indígenas” (Leonice Putari, ATL, 2020). A internalização do estereótipo, base do preconceito, gera ou justifica, todo o tipo de violação de direitos dos povos indígenas, ou seja, a manutenção dessa matriz de opressão que recai sobre as mulheres e povos indígenas, todas as colonialidades contemporâneas que foram

denunciadas no ATL e no ativismo do Movimento Indígena são alimentadas pela manutenção desse imaginário estereotipado.

Para fazer frente a essa homogeneização, que inclui tudo na expressão “são todos índios” ou “é tudo coisa de índio”, o movimento indígena reivindicou a expressão “povos indígenas” para representá-los. Não para reduzir toda a diversidade étnico-cultural, mas com o objetivo de criar uma unidade de luta, para mostrar a força política de união em prol de causas e demandas comuns.

Sobre a estereotipação específica das mulheres indígenas, observamos que emergiu nas falas delas a temática da reprodução de estereótipos machistas na qual elas ressaltaram a forma como são tratadas pelos homens em algumas organizações sociais indígenas, não todas, que as condicionam ao papel imposto pelo modelo nuclear e patriarcal de família. Com relação a estereotipação fora do âmbito das comunidades indígenas, ela se expressa nos atos de violência, estupro e feminicídio, assim como na violência política de gênero, a qual não foi explicitamente vocalizada por nossas Interlocutoras, mas, podem ser acompanhadas por meio dos noticiários.

Na tentativa de enfrentar essas marcas de opressão e estereótipos presentes nas instituições sociais e na sociedade em geral, as mulheres indígenas buscam por meio da relativa autonomia possibilitada pelas mídias digitais, produzir outros sentidos sobre o ser mulher indígena tanto por meio do ATL virtual que trabalhamos como material de análise, quanto por perfis pessoais de mulheres indígenas em mídias como *Instagram* e *Facebook*. Segundo Tocantins e Neves (2016), as pinturas corporais marcam a representação do corpo indígena na *internet* (jenipapo e urucum) como marca da identidade cultural, desafiando estereótipos cristalizados no imaginário coletivo. Normalmente, as mulheres indígenas, quando postam na *internet*, estão inscritas em outros



acontecimentos, sem reforçar a nudez ou a concepção colonial de selvagem. “Essa nova forma de circulação atualiza os discursos sobre a identidade indígena” (Tocantins, Neves, 2016, p. 161).

4. Da incomunicação à comunicação decolonial

As narrativas que circulam sobre indígenas, em geral, reforçam estereótipos, generalizam e silenciam as singularidades dessas sociedades (Neves; Corrêa; Tocantins, 2013). Também recaem sobre os/as indígenas o imaginário de “bons selvagens, ingênuos, incapazes de se cuidar”. Mais especificamente, em relação à mulher indígena, Ivânia Neves e Arcângela Sena (2020) evidenciam que os discursos que circulam reforçam o imaginário colonial da sensualidade, o estereótipo de que elas são desavergonhadas, despidoras e que precisam de alguma forma ser contidas. Apesar da resistência dessas mulheres a uma identidade generalizante, os discursos, construídos historicamente, dão conta de um imaginário colonial que revela “uma mulher nua, selvagem, sensual, com atribuições que muitas vezes ultrapassam a condição humana” (Tocantins; Neves, 2016. p. 66).

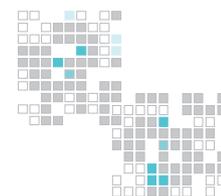
As dinâmicas de poder existentes na sociedade são reproduzidas também nas mídias hegemônicas, inclusive em ambientes e plataformas digitais, perpetuando estereótipos de raça e de gênero e desafiando um imaginário ingênuo de que a *internet* seria um ambiente de “transcendência” de opressões. Com relação aos povos e mulheres indígenas, Neves e Sena (2020) afirmam que facilmente encontramos no âmbito das mídias digitais, “enunciadores que continuam reafirmando discursos de discriminação, defendendo inclusive que eles devem morrer” (Neves; Sena, 2020, p. 02).

O que é novo, segundo Neves e Sena (2020), é que, frente a esse apagamento, outros/as

enunciadores/as mobilizam discursos que defendem os povos indígenas. Esse movimento de contranarrativa é fortalecido pelo crescimento dos movimentos sociais em rede, especialmente indígenas e indigenistas, o que aumentou a visibilidade sobre as demandas dos povos indígenas. Maristela Svampa (2016), ao analisar as novas dinâmicas de luta dos movimentos socioambientais rurais e urbanos, protagonizados por povos indígenas e comunidades tradicionais, cujas mulheres possuem um papel central nas estruturas organizacionais, defende que há a realização de um “giroecoterritorial”. Esse “giro” se refere a modos de atuação baseados na integração de opressões, por meio de linguagens diversas, de estratégias plurais de luta e da disputa com as narrativas hegemônicas por outras concepções sobre identidades indígenas e acerca de termos como desenvolvimento, território e natureza, criando uma nova “gramática de lutas” (Svampa, 2016, p. 156).

Esses movimentos buscam dar visibilidade ao racismo ambiental e às injustiças sociais e interseccionais, na esteira, de acordo com a autora, de diversas redes de justiça socioambiental que se desenvolvem hoje na América Latina (Svampa, 2020, p. 161). Essa construção de uma nova gramática de sentidos, a formação de redes de base, articulação por meio de redes sociais digitais, a busca pela autonomia discursiva e disputa de narrativa, por meio da autocomunicação é uma postura declaradamente decolonial.

Segundo a indígena da etnia Omágua/Kambeba Márcia Kambeba (2018), essas pessoas/movimentos reivindicam autonomia e protagonismo das narrativas, haja vista o fato de terem sido silenciadas/os por séculos e de sua história ser contada sob o ponto de vista do outro. Por isso, buscam comunicar-se em rede, visibilizando demandas plurais, de forma multidirecional, contrapondo-se ao imaginário



social hegemônico.

Essa perspectiva se aproxima da noção de comunicação decolonial. A decolonialidade comunicacional exige, segundo Torrico (2020), três componentes essenciais: “a ontologização da comunicação como processo humano-social participativo; a reontologização dos sujeitos comunicantes; e a consequente reumanização da comunicação e de suas estruturas” (Torrico, 2022, p. 168, tradução nossa). Ou seja, uma comunicação engajada, comprometida com o protagonismo dos subalternizados/as/es por um contexto histórico de opressão e violação de direitos que lhes negou a condição de humanidade e, portanto, não reconheceu por séculos o direito desses grupos sociais politicamente vulnerabilizados de comunicar, em sentido amplo.

O processo de interação, troca, compartilhamento de sentidos, nesse caso, pressupõe reconhecer as/os Interlocutoras/es como sujeitos ativos, partícipes do processo de comunicação. “A comunicação contém o potencial de ser mais do que relação. É expressão tanto quanto deveria ser ouvida. É uma troca viável, compreensão alcançável e criação de significados. É a construção simbólica do mundo e a produção da humanidade” (Torrico, 2022, p. 166, tradução nossa). Portanto, ao falarmos de comunicação, é necessário questionar de quais sujeitos estamos tratando e lembrar que, a depender do contexto, há desigualdades sociais que implicam relações desiguais no ato de comunicar.

Na esteira da defesa da divulgação da cultura indígena frente à estereotipação, a Interlocutora 2 explica que não é a mesma coisa quando a cultura indígena é mostrada por um indígena em comparação com o não indígena. “Quando você conta pra alguém, pro não indígena, querendo ou não, sempre chega lá na frente já um pouco assim, né? E quando o parente conta, ela tá sendo recebida da base” (Interlocutora 2, 2021). Nesse sentido, os ambientes digitais (portais de notícias, redes sociais, plataformas de compartilhamento

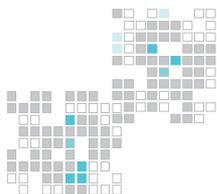
de vídeos, aplicativos de mensagem instantânea e comunidades on-line) tornaram-se um espaço propício de interação e interlocução entre os povos indígenas e entre eles e a sociedade não indígena (Tocantins; Neves, 2016).

Jaqueline Xucuru (ATL, 2020) pontua que a luta contra a homogeneização, o apagamento e a essencialização da diversidade cultural indígena é uma das causas da necessidade de se apropriar das formas digitais de comunicação. Ela conta que no ano de 2003 iniciou a formação de um grupo de indígenas em Xucuru (PE) que ficaria responsável pela produção audiovisual da comunidade e que viria a se consolidar realmente em 2008. “A gente vinha com esse grupo de audiovisual naquela época nessa questão do enfrentamento, a invisibilização que os povos indígenas sofriam e a estereotipação de estabelecer o padrão do que era indígena” (Jaqueline Xucuru, ATL, 2020).

A inquietude de não se sentir representada e nem atender às expectativas do colonizador, segundo Jaqueline, justificou a formação do grupo que além de produzir conteúdo audiovisual, também tinha uma rádio, em Xucuru, com programação desenvolvida em parceria com o Movimento Indígena nacional e com a COJIPE, Comissão Juventude Indígena de Pernambuco. A rádio, ela conta, acabou sendo derrubada. “No entanto, a gente deu prosseguimento a sempre tá nessa questão da comunicação, utilizando as ferramentas que a gente tinha, isso sempre em parceria” (Jaqueline Xucuru, ATL, 2020).

5. Considerações finais

Os povos indígenas foram nomeados externamente e os vestígios de suas histórias por séculos foram silenciados, recontados sob a ótica do colonizador, invisibilizando vozes, perspectivas e saberes. As Interlocutoras da pesquisa, tanto durante o ATL 2020 quanto nas rodadas de diálogo, criticaram e denunciaram o estabelecimento de um padrão homogeneizado do que é “ser” indígena, que criou um imaginário enraizado no tempo, por meio do qual,



consequentemente, reduz-se a pluralidade de formas de existência e diversidade étnica, cultural, histórica, política e organizacional de indígenas.

Elas reverberaram discursos de empoderamento, de estímulo à reivindicação de uma identidade indígena em todos os espaços sociais como estratégia política, pedindo para que os/as parentes não tenham vergonha de se declarar indígenas em qualquer lugar que estejam. Essas formas de resistência fazem frente à homogeneização e invisibilização a que foram (são) submetidos os povos indígenas historicamente.

Consideramos, então, que, na perspectiva de uma comunicação decolonial, as Interlocutoras participantes do ATL 2020 questionaram o histórico de apagamento das mulheres, de modo específico, e dos povos indígenas, de forma mais ampla, num processo de resistência contra a própria incomunicação atribuída a esses sujeitos. Além das reflexões metacomunicacionais apresentadas pelas Interlocutoras, avaliamos

que ocupar o *Youtube* para realizar o ATL, essa agenda tão importante para o Movimento Indígena Brasileiro, foi uma contingência em função da pandemia de Covid-19, mas também a comunicação em mídias digitais se apresenta como uma condição de romper com a invisibilidade colonial, num contexto em que há uma ampla profusão de narrativas e de discursos estereotipados sobre pessoas e povos indígenas.

Por meio da pesquisa e do diálogo com as mulheres indígenas, compreendemos que as resistências ocorrem a partir da contestação e da necessidade de protagonizar as narrativas, de visibilizar, de externalizar outros saberes, cosmovisões, outras gramáticas, alternativas e próprias. Essa luta perpassa pela descolonização de mentes, corpos e instituições, de modo que os povos originários passem a ser reconhecidos como sujeitos e sujeitas de direitos que tenham seus valores, culturas, cosmovisões e constituições respeitados e garantidos.

Referências

APIB, Articulação dos Povos Indígenas do Brasil. *Carta dos Povos Indígenas do Brasil*: Levante Pela Terra. 14 jun. 2021a. Disponível em: <https://apiboficial.org/2021/06/14/cartados-povos-indigenas-do-brasil-levante-pela-terra/>. Acesso em: 05 nov. 2021.

CASTRO, Edna. *Pensamento crítico Latino-americano*. São Paulo: Annablume, 2019.

CURIEL, Ochy. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. In: DE HOLLANDA, Heloísa Buarque (Ed.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, p. 120-139.

FRANÇA, Vera. Discutindo o modelo praxiológico da comunicação: controvérsias e desafios da análise comunicacional. In: FRANÇA, Vera; SIMÕES, Paula (org). *O modelo praxiológico e os desafios da pesquisa em Comunicação*. Porto Alegre: Sulina, 2018, p. 89-118.

FREIRE FILHO, João. Mídia, estereótipo e representação das minorias. *Revista Eco-Pós*, v. 7, n. 2, p. 45-71, 2004.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: *Anais do Encontro Anual da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, Anpocs, 1980, v. 29, p. 2018-2020.

KAMBEBA, Márcia Wayna. *Ay Kakyri Tama*: Eu moro na cidade. 2ª ed. São Paulo: Pólem, 2018.

KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. *Estudos feministas*, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014.

MUNDURUKU, Daniel. *O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990)*. São Paulo: Paulinas, 2012.

NEVES, Ivânia; CORRÊA, Maurício; TOCANTINS, Raimundo. A invenção do índio na mídia: silenciamentos, estereótipos e pluralidades. *MOARA-Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Letras*, v. 2, n. 40, p. 05-21, 2013.

NEVES, Ivânia; SENA, Arcângela. Telejornalismo local na Amazônia brasileira: os TembêTenetehara e a TV Liberal. *Organon*, v. 35, n. 70, p. 1-20, 2020.

SVAMPA, Maristella. Extrativismo neodesenvolvimentista e movimentos sociais: um giro ecoterritorial rumo a novas alternativas? In: DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge (Orgs). *Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento*. Tradução: Igor Ojeda. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016, p. 140-401.

TOCANTINS, Raimundo; NEVES, Ivânia. Discursos e identidades indígenas em circulação na web. *REDISCO*, Vitória da Conquista, v. 10, n. 2, p. 155-167, 2016.

TORRICO, Erick. *Comunicación (re)humanizadora*: Ruta decolonial. Quito, Ecuador: Ediciones Ciespal, 2022.

WALSH, Catherine. (Re)pensamiento crítico y (de) colonialidade. In: WALSH, Catherine (org). *Pensamiento crítico y matriz (de) colonial*. Quito: Editorial Abya Yala, 2005, p. 13-36.

Recebido em: 16/03/2023 Aceito em: 05/06/2023

